



CJF apresenta novo sistema de pesquisa dos Temas Representativos da TNU

O Conselho da Justiça Federal (CJF) disponibilizou, na última sexta-feira, 2, um novo sistema para consulta dos Temas Representativos da Controvérsia da Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais Federais. O objetivo é tornar mais acessível à comunidade jurídica e à sociedade as teses firmadas pela Turma Nacional. O conteúdo foi desenvolvido por um grupo de trabalho (GT) composto por juizes federais e servidores, bem como por professores do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

O banco de dados está disponível no portal do CJF, com 155 itens. As pesquisas podem ser realizadas a partir da utilização de palavras-chave. A ferramenta de apresentação dos Temas Representativos também conta com dois novos campos de informação relacionados por: questões submetidas a julgamento e teses jurídicas firmadas. A partir deles, os usuários terão acesso a uma consulta livre. Além disso, dois links serão direcionados exclusivamente ao acompanhamento processual e ao inteiro teor do acórdão.

Confira a íntegra da matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

JFAC promove evento sobre o Exame Periódico de Saúde (EPS)

Na tarde do dia 1º de setembro, quinta-feira, foi realizado um encontro no auditório da Justiça Federal do Acre (JFAC) para abordar e promover o Exame Periódico de Saúde (EPS), uma campanha voltada para a prevenção de doenças e o cuidado com a saúde de magistrados e servidores. O médico perito Santiago Junior ministrou palestra sobre a importância do EPS e explicou alguns procedimentos, além de esclarecer dúvidas da plateia presente. Em seguida, foi exibido um curta-metragem produzido por Jeronymo Artur com a participação de outros servidores da Seccional. Durante o evento, também foram distribuídos fôlderes que continham procedimentos e informações pertinentes ao Exame Periódico de Saúde.

Confira a íntegra da matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

Carteira do Pro-Social permanece válida

A Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região anunciou, na última quinta-feira, 1º, que a Carteira do Pro-Social permanece válida e que os beneficiários não devem, portanto, descartá-la. Esta carteira não foi substituída pela Carteira do Saúde Caixa; trata-se de outra opção de rede de atendimento. Os esclarecimentos sobre a utilização das credenciais foram dados por intermédio do Comunicado SECBE 29/2016, enviado aos *e-mails* de todo o corpo funcional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das Secretarias de Bem-Estar Social nas seccionais.

Conforme o documento, nos casos em que o atendimento tiver sido realizado por prestador de serviço credenciado ao Saúde Caixa não haverá reembolso. As regras de coparticipação e carência continuam aquelas previstas no Regulamento Geral do Pro-Social, assim como para Tratamento Fora do Domicílio, ainda que utilizando a rede credenciada do Saúde Caixa. Quanto a perícias e autorizações prévias, os atendimentos odontológicos também continuam observando as diretrizes do Pro-Social.

A rede credenciada do Saúde Caixa poderá ser utilizada em todo o território nacional e está disponível no seguinte endereço, podendo ser pesquisada por unidade federativa: <http://www1.caixa.gov.br/saudecaixa/beneficiarios/>.

CEJ/CJF oferece curso “Conciliação e Mediação: Novo CPC e Justiça Federal”

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realizará, no período de 15 de setembro a 4 de novembro, o curso *on-line* “Conciliação e Mediação: Novo CPC e Justiça Federal”. O objetivo do treinamento é instrumentalizar os magistrados para desenvolverem competências relativas à implantação e à gestão da política de tratamento adequado dos conflitos, consoante singularidades passíveis de enfrentamento no âmbito do Poder Judiciário Federal brasileiro no contexto das alterações legislativas introduzidas pelo Novo CPC.

São oferecidas 50 vagas, destinadas exclusivamente para os magistrados da 1ª Região, em processo de vitaliciamento. A Escola da Magistratura da 1ª Região (Esmaf) encaminhará o link de inscrição aos magistrados interessados.

Ao realizar o curso, o magistrado poderá, dentre outras atividades, aprimorar competências para o desenvolvimento do senso crítico sobre o papel da conciliação e da mediação no contexto de resolução de conflitos.

Com informações do CJF.

Secos/SJAC

